

GLOBAL ACADEMIC RESEARCH INSTITUTE

COLOMBO, SRI LANKA



GARI International Journal of Multidisciplinary Research

ISSN 2659-2193

Volume: 11 | Issue: 04

On 31st December 2025

<http://www.research.lk>

Author: Aderito L. Monteiro, Dircia Jorge Da Costa Guterres, Estanislau de Sousa Saldanha

Dili Institute of Technology (DIT), Timor-Leste

GARI Publisher | Finance Management | Volume: 11 | Issue: 04

Article ID: IN/GARI/JOU/2025/197/MULTI | Pages: 30-60 (31)

ISSN 2659-2193 | Edit: GARI Editorial Team

Received: 17.10.2025 | Publish: 31.12.2025

DOI: <https://doi.org/10.63572/gari7363>



CC BY-NC 4.0

ISSN 2659-2193 | Volume: 11 | Issue: 04 | 31-12-2025 | www.research.lk
GARI International Journal of Multidisciplinary Research

LITERACIA FINANCEIRA COMPORTAMENTAL E COMPORTAMENTO DE TOMADA DE DECISÃO DE CRÉDITO: OS PAPÉIS MEDIADORES DO RISCO PERCEBIDO E DA INCLUSÃO FINANCEIRA – EVIDÊNCIA DA KAEBAUK INVESTIMENTO E FINANÇA, SA TIMOR-LESTE

Aderito L. Monteiro, Dircia Jorge Da Costa Guterres, Estanislau de Sousa Saldanha

Gestão Financeira, School of Business and Management

Dili Institute of Technology (DIT), Timor-Leste

RESUMO

Este estudo investiga como a literacia financeira comportamental (BFL) influencia o comportamento de tomada de decisão de crédito (CDMB) e se o risco percebido (PR) e a inclusão financeira (FI) mediavam essa ligação. Dados de inquérito de clientes da Kaebauk Investimento no Finansa (KIF) em Timor-Leste foram analisados usando PLS-SEM. Um instrumento validado e adaptado ao contexto mediu BFL (conhecimento, comportamento, atitudes, consciência de vieses, regulação emocional), PR (risco financeiro, de desempenho, psicológico), FI (acesso, utilização, qualidade, inclusividade, uso responsável) e CDMB (avaliação de risco, planeamento do empréstimo, disciplina de reembolso). As constatações indicam que a BFL é um preditor positivo robusto de CDMB e eleva o PR; a BFL também melhora a FI. O PR melhora o CDMB e medeia parcialmente a relação BFL→CDMB, sugerindo que a literacia opera principalmente aumentando a consciência do risco e encorajando o endividamento deliberado. A FI não apresenta efeito direto ou mediador significativo, implicando que o acesso sem capacidade não se traduz em melhor comportamento de crédito. O estudo clarifica percursos psicológicos (PR) versus estruturais (FI) no nexo literacia-comportamento e recomenda incorporar módulos de literacia comportamental e de consciencialização do risco na originação

de crédito e em programas de inclusão, juntamente com medidas de proteção ao consumidor, para conter a inadimplência e fortalecer a resiliência das famílias.

Palavras-chave: literacia financeira comportamental; risco percebido; inclusão financeira; comportamento de tomada de decisão de crédito; PLS-SEM; microfinanças; Timor-Leste.

INTRODUÇÃO

O comportamento de tomada de decisão de crédito (CDMB) tornou-se um tema central na investigação financeira devido ao seu impacto na forma como indivíduos e agregados familiares interagem com os mercados de crédito e gerem a dívida. Num cenário financeiro marcado pela crescente complexidade dos produtos, pela transformação digital e por uma maior autonomia do consumidor, compreender os padrões de endividamento é crucial para promover a estabilidade financeira e mitigar o risco sistémico de crédito (Kotler & Keller, 2019). O CDMB é um processo multidimensional que integra etapas cognitivas, emocionais e avaliativas — desde o reconhecimento de necessidades financeiras, recolha de informação e comparação de alternativas, até à decisão de contratar crédito e à avaliação dos resultados no pós-empréstimo (Schiffman & Wisenblit, 2015). Este processo raramente é



CC BY-NC 4.0

ISSN 2659-2193 | Volume: 11 | Issue: 04 | 31-12-2025 | www.research.lk
GARI International Journal of Multidisciplinary Research

plenamente racional: é condicionado por vieses cognitivos, percepção de risco, normas sociais e fatores contextuais como rendimento disponível, acessibilidade de serviços e nível de literacia digital (Huang et al., 2021; Zhou & Wong, 2020). Em conjunto, estes fatores influenciam não apenas o acesso ao crédito, mas também a sustentabilidade das decisões de endividamento.

A literacia financeira comportamental (BFL) tem emergido como um determinante fundamental do CDMB. A investigação tradicional sobre literacia financeira centrou-se sobretudo no conhecimento cognitivo de conceitos como taxas de juro ou inflação (Lusardi & Mitchell, 2014). No entanto, o conhecimento isolado não garante comportamentos financeiros responsáveis. Mesmo indivíduos com níveis elevados de literacia podem incorrer em sobre-endividamento, insuficiência de poupança ou planeamento deficiente do reembolso (Loewenstein et al., 2022). Esta constatação levou a uma evolução para a literacia financeira comportamental, que articula o conhecimento com disciplina orçamental, autocontrolo, regulação emocional e consciência de vieses. A evidência empírica sugere que níveis mais elevados de BFL estão associados a melhores decisões de crédito, avaliação de risco mais rigorosa e maior bem-estar financeiro de longo prazo (Kaiser et al., 2022; Grohmann et al., 2021). Não obstante, subsiste uma lacuna de investigação, dado que muitos estudos se baseiam em medidas autorrelatadas de conhecimento, não captando dimensões comportamentais como hábitos efetivos de poupança e de reembolso (Xu et al., 2024; Chhillar & Saini, 2024). Esta lacuna é especialmente notória em economias em desenvolvimento, onde as finanças informais e as normas culturais influenciam fortemente o comportamento financeiro.

O risco percebido (PR) constitui outro fator-chave na decisão de crédito,

funcionando como mecanismo psicológico que liga a literacia ao comportamento. O PR traduz a percepção subjetiva do indivíduo relativamente à incerteza e à perda potencial associadas ao empréstimo. Enquanto alguns estudos apontam que níveis elevados de PR desincentivam o recurso ao crédito (Adam, 2024), outros sugerem que níveis moderados de PR podem encorajar os mutuários a avaliar mais cuidadosamente os termos do empréstimo e a evitar o sobre-endividamento (Porto & Xiao, 2021; Palanisamy et al., 2025). Estes resultados mistos apontam para uma relação não linear ou dependente do contexto, influenciada pela estabilidade do rendimento, pela confiança institucional e pelos níveis de literacia. Persistem, contudo, limitações empíricas, pois poucos estudos testaram o PR como variável mediadora e ainda menos recorreram a técnicas avançadas, como o PLS-SEM, para examinar o seu papel na relação BFL– CDMB.

A inclusão financeira (FI) acrescenta uma dimensão estrutural, ao proporcionar acesso a poupança, crédito, seguros e serviços de pagamento (Demirgütç-Kunt et al., 2022). Porém, o mero acesso não garante endividamento responsável. Em alguns contextos, a expansão demasiado agressiva do microcrédito agravou situações de sobre-endividamento e vulnerabilidade financeira (Bateman & Chang, 2019; Ozili, 2020). Além disso, a FI é frequentemente medida através de indicadores binários, como a titularidade de conta, que não captam a profundidade da utilização, a qualidade dos serviços ou a capacidade de utilização por parte do cliente (Xu et al., 2023). Assim, continua em aberto a questão empírica de saber se a FI atua como mediadora entre BFL e CDMB, sobretudo em contextos em que o acesso deve ser acompanhado por programas de literacia e de sensibilização para o risco. Em Timor-Leste, estes desafios tornam-se ainda mais evidentes. Os níveis de literacia financeira



permanecem baixos, em particular nas áreas rurais, onde predominam grupos de poupança informais e agiotas (Guntur & Soares, 2022). Muitas micro, pequenas e médias empresas (MPME) e famílias enfrentam dificuldades no acesso a crédito acessível, enquanto outras se expõem ao risco de sobre-endividamento devido à compreensão limitada dos termos contratuais (IFC, 2020). Os serviços financeiros digitais estão em expansão, mas de forma desigual, criando simultaneamente oportunidades e riscos para a inclusão. Este contexto evidencia a necessidade de investigação que analise como BFL, PR e FI interagem para moldar o comportamento de tomada de decisão de crédito.

Este estudo procura responder a essas lacunas, testando um modelo estrutural que relaciona BFL, PR, FI e CDMB entre clientes da Kaebauk Investimentu no Finansa (KIF), a maior instituição de microfinanças de Timor-Leste, recorrendo à modelação por equações estruturais de mínimos quadrados parciais (PLS-SEM). Os objetivos específicos são: (1) analisar o efeito direto da BFL sobre o CDMB; (2) avaliar a influência da BFL sobre PR e FI; (3) examinar o impacto de PR e FI no CDMB; e (4) investigar os papéis mediadores de PR e FI. Este estudo contribui para (a) o avanço da literatura sobre literacia financeira, através de uma conceptualização comportamental; (b) o esclarecimento dos mecanismos psicológicos (PR) e estruturais (FI) que ligam a literacia ao comportamento; e (c) a produção de evidência prática para a conceção de intervenções integradas que combinem formação em literacia, educação para o risco e serviços financeiros inclusivos, de forma a promover decisões de endividamento responsáveis e a reforçar a resiliência financeira das famílias e empresas.

REVISÃO DA LITERATURA

Revisão Conceptual

Literacia Financeira Comportamental (BFL)

A literacia financeira comportamental (BFL) é hoje amplamente conceptualizada como um construto multidimensional que integra conhecimento cognitivo de conceitos financeiros com competências comportamentais, regulação emocional e aptidões práticas de tomada de decisão. Conceptualizações anteriores de literacia financeira colocavam maior ênfase na dimensão cognitiva — isto é, na capacidade de compreender conceitos fundamentais como taxas de juro, capitalização, inflação e diversificação (Lusardi & Mitchell, 2014). Contudo, esta abordagem centrada no conhecimento tem sido crescentemente criticada por não explicar porque é que indivíduos financeiramente instruídos continuam, frequentemente, a adotar práticas contraproducentes, incluindo sobre-endividamento, insuficiência de poupança e planeamento deficiente de longo prazo (Loewenstein et al., 2022; Hastings et al., 2023).

A literatura recente defende uma mudança de paradigma: de medidas puramente cognitivas para uma abordagem comportamental que avalie simultaneamente o que os indivíduos sabem e a forma como agem com base nesse conhecimento. A literacia financeira comportamental combina compreensão teórica com competências práticas como disciplina orçamental, regularidade da poupança e controlo de impulsos, constituindo um preditor mais robusto dos resultados financeiros no mundo real (Kaiser et al., 2022; Grohmann et al., 2023). Esta conceptualização mais abrangente é sustentada por quadros da economia comportamental, que destacam que a tomada de decisão financeira é frequentemente moldada por heurísticas, vieses cognitivos e fatores emocionais, em vez de resultar de um cálculo puramente racional (Thaler & Sunstein, 2021). Ainda assim, persiste uma lacuna de investigação na operacionalização da BFL, dado que

muitos estudos empíricos continuam a depender sobretudo de medidas autorrelatadas baseadas no conhecimento, que não captam dimensões comportamentais e emocionais (Xu et al., 2023; Chhillar & Saini, 2024). Esta limitação é particularmente relevante em economias em desenvolvimento e em contextos pós-conflito, como Timor-Leste, onde práticas de crédito informais, normas socioculturais e acesso limitado à educação financeira influenciam fortemente os comportamentos. Investigações futuras devem, por isso, priorizar indicadores ajustados ao contexto, que meçam não apenas a aquisição de conhecimento, mas também resultados comportamentais como consistência orçamental, disciplina de reembolso e capacidade de controlo emocional perante situações de stress financeiro.

Do ponto de vista das políticas públicas e das práticas institucionais, o reforço da BFL é essencial para promover a inclusão financeira e a resiliência dos agregados familiares. Intervenções recentes que combinam educação financeira com nudges comportamentais — como contas de poupança com compromisso, sistemas de lembrete de pagamento ou exercícios de orçamento gamificados — demonstraram induzir mudanças comportamentais mais sustentáveis do que modelos tradicionais assentes apenas na transmissão de conhecimento (OECD, 2023; Thomas et al., 2024; Hu & Liu, 2025). Estas evidências sublinham a necessidade de governos, instituições de microfinanças e agências de desenvolvimento tratarem a BFL não apenas como um objetivo educativo, mas como uma estratégia de capacitação que contribui diretamente para reduzir o sobreendividamento e melhorar o bem-estar financeiro. Neste estudo, a BFL é operacionalizada através de cinco indicadores-chave que, em conjunto, captam as dimensões cognitiva, comportamental e emocional. BFL1

(Conhecimento Financeiro) refere-se à compreensão de conceitos financeiros essenciais incluindo taxas de juro, termos de crédito, instrumentos de poupança e inflação que constituem a base cognitiva para decisões de empréstimo informadas (Lusardi & Mitchell, 2014; OECD, 2023). BFL2 (Comportamento Financeiro) amplia esta dimensão, incidindo em ações observáveis como orçamentação consistente, manutenção de hábitos regulares de poupança, reembolso atempado da dívida e evicção de endividamento impulsivo ou desnecessário, considerados críticos para uma saúde financeira sustentável (Grohmann et al., 2023; Chhillar & Saini, 2024). BFL3 (Atitude Financeira) capta a orientação do indivíduo para o planeamento de longo prazo, a autodisciplina e a gratificação diferida, enfatizando uma abordagem prospectiva e orientada para objetivos na gestão financeira (Kaiser et al., 2022; Hu & Liu, 2025). BFL4 (Consciência de Vieses Cognitivos) traduz a capacidade de reconhecer e mitigar vieses psicológicos como excesso de confiança, viés do presente ou efeitos de enquadramento que podem distorcer decisões de crédito e conduzir a resultados subótimos (Loewenstein et al., 2022). BFL5 (Regulação Emocional) corresponde à capacidade de gerir emoções como medo, stress ou excitação no processo de decisão financeira, assegurando que as escolhas permanecem racionais e alinhadas com os objetivos pessoais, mesmo em condições de incerteza (Hastings et al., 2023).

Risco Percebido (PR)

O risco percebido (PR) é um conceito central nas finanças comportamentais, referindo-se à avaliação subjetiva do indivíduo sobre a incerteza e a perda potencial associadas a decisões financeiras. Engloba tanto a avaliação cognitiva de probabilidades (por exemplo, a probabilidade de incumprimento) como a resposta emocional a potenciais



consequências negativas, incluindo ansiedade ou receio de endividamento (Loewenstein et al., 2022). Em contextos financeiros, o risco percebido constitui um determinante crítico da tomada de decisão, influenciando se os indivíduos participam em mercados de crédito, adotam novos produtos financeiros ou optam por se abster de contrair empréstimos.

A investigação inicial conceptualizou a percepção de risco sobretudo como um processo cognitivo, centrado em juízos racionais de probabilidade. Contudo, estudos mais recentes sustentam que a percepção de risco é um construto de duplo processo, que integra respostas afetivas e intuitivas em articulação com o cálculo racional (Walpole & Wilson, 2022). Esta perspetiva é particularmente relevante na decisão de crédito, em que receios de sobre-endividamento, de incumprimento ou de consequências reputacionais podem moldar o comportamento com a mesma intensidade que a compreensão objetiva dos termos do empréstimo (Porto & Xiao, 2021). A evidência empírica mostra que níveis moderados de PR podem fomentar um comportamento de endividamento mais cauteloso e responsável, levando os clientes a avaliar cuidadosamente a sua capacidade de reembolso e as obrigações de juro antes de contrair dívida (Nguyen & Nguyen, 2024). No entanto, níveis excessivamente elevados de PR podem desincentivar a participação em mercados financeiros formais, conduzindo à exclusão financeira, a investimento insuficiente ou à dependência de credores informais (Adam, 2024). Tal sugere que a relação entre PR e resultados financeiros poderá ser não linear ou curvilínea, apontando para a existência de um nível ótimo de percepção de risco que equilibre prudência com participação financeira produtiva (OECD, 2023).

Subsiste, porém, uma lacuna de investigação quanto à distinção entre dimensões cognitivas e afetivas do PR e à compreensão do seu efeito combinado na tomada de decisão de crédito em

economias em desenvolvimento. A maioria dos estudos tem privilegiado a componente cognitiva (por exemplo, probabilidade de incumprimento, perda esperada), descurando reações emocionais que podem amplificar ou inibir a tomada de decisão racional (Loewenstein et al., 2022). Além disso, o número de estudos que testam o PR como mediador entre literacia financeira comportamental e decisões de crédito é reduzido, sobretudo com recurso a metodologias avançadas como a modelação de equações estruturais por mínimos quadrados parciais (PLS-SEM) em contextos pós-conflito, como Timor-Leste.

Para captar a natureza multidimensional do risco percebido, este estudo operacionaliza o PR através de três indicadores interrelacionados: PR1 (Risco Financeiro Percebido) mede em que medida os clientes consideram existir possibilidade de perda monetária associada ao crédito, incluindo receios de incumprimento ou de incorrer em custos excessivos de juro (Ryu, 2018; Phung et al., 2023). PR2 (Risco de Desempenho Percebido) reflete preocupações relativas à fiabilidade e transparência da instituição credora, incluindo o risco de que os serviços de crédito não cumpram o prometido ou que os termos contratuais possam ser alterados de forma desfavorável (OECD, 2023; Porto & Xiao, 2021). PR3 (Risco Psicológico Percebido) capta as consequências emocionais e reputacionais do endividamento, tais como ansiedade face à dívida, receio de incumprimento ou estigma social associado ao não pagamento de um empréstimo (Walpole & Wilson, 2022; Nguyen & Nguyen, 2024).

Inclusão Financeira

A inclusão financeira é amplamente definida como o processo através do qual indivíduos e empresas em especial aqueles pertencentes a grupos desfavorecidos ou vulneráveis obtêm acesso e utilizam de forma efetiva produtos e serviços



financeiros formais que sejam acessíveis, adequados e fiáveis. Vai além da mera abertura de uma conta bancária, abrangendo um espectro mais amplo de serviços, incluindo crédito, poupança, seguros e sistemas de pagamento, todos prestados de modo a promover segurança, confiança e envolvimento sustentado (Demirgürç-Kunt et al., 2022; World Bank, 2023). Estudos recentes reforçam a necessidade de conceptualizar a inclusão financeira como um construto multidimensional, captando não apenas se os indivíduos podem aceder a serviços financeiros, mas também a profundidade, frequência e qualidade da sua participação no sistema financeiro (Nguyen & Tan, 2023; Baveja & Verma, 2024).

Os académicos defendem crescentemente que a inclusão financeira significativa deve capacitar os utilizadores a aceder a uma gama abrangente de produtos, experienciar serviços convenientes e fiáveis, e ter confiança de que o sistema é equitativo e responsivo às suas necessidades (Puspasari et al., 2020; OECD, 2023). Isto significa que os indivíduos não devem apenas ter oportunidade de abrir contas ou aceder a crédito, mas também ser capazes de poupar de forma consistente, planejar as suas finanças, reembolsar empréstimos atempadamente e envolver-se num uso responsável e sustentável das facilidades de crédito, fortalecendo assim a resiliência financeira dos agregados familiares (Mukong et al., 2025; Xu et al., 2023). Evidência recente sugere que a verdadeira inclusão é melhor captada por indicadores multidimensionais que avaliem a utilização ativa, a regularidade dos reembolsos e os resultados em termos de saúde financeira, em vez de medidas estáticas como a simples titularidade de contas (Thomas et al., 2024; Lichtenberg et al., 2024). Apesar dos avanços conceptuais, subsiste uma lacuna na forma como a inclusão financeira é medida empiricamente. Grande parte da literatura continua a depender de indicadores

binários ou centrados apenas no acesso, que não captam a intensidade de uso, a qualidade do serviço e a capacidade efetiva do utilizador (Nguyen & Tan, 2024; Yadav & Sharma, 2025). Esta limitação de mensuração é particularmente problemática em economias frágeis e pós-conflito, como Timor-Leste, onde barreiras infraestruturais, a dependência de mercados de crédito informais e normas socioculturais influenciam fortemente o envolvimento financeiro (IFC, 2023). Futuras investigações devem, por isso, adotar medidas mais granulares e sensíveis ao contexto, que incorporem dimensões comportamentais, níveis de satisfação do cliente e a capacidade dos serviços financeiros para reduzir a vulnerabilidade a choques e prevenir o sobre-endividamento.

A literatura reflete ainda um debate contínuo sobre os resultados da inclusão financeira. Os seus proponentes destacam o potencial para reduzir a pobreza, expandir o empreendedorismo e construir estabilidade financeira de longo prazo, ao deslocar os agregados de canais informais, frequentemente exploratórios (Demirgürç-Kunt et al., 2022; Yangdol & Sarma, 2019; Xu et al., 2024). Por outro lado, críticos alertam que esforços de inclusão mal regulados ou excessivamente agressivos sobretudo os focados na expansão do microcrédito têm conduzido, em alguns casos, a sobre-endividamento, stress associado ao reembolso e até a agitação social (Bateman & Chang, 2019; Ozili, 2020; Rahmawati et al., 2024). Estas conclusões divergentes sublinham que a inclusão deve ser concebida com salvaguardas adequadas, componentes de literacia financeira e quadros de concessão responsável, de modo a garantir que gera empoderamento e não dificuldades adicionais.

À luz destes debates, este estudo conceptualiza a inclusão financeira como um processo abrangente que integra quatro dimensões críticas: (i) acesso a



produtos financeiros acessíveis e adequados, incluindo poupança, crédito, seguros e pagamentos; (ii) disponibilidade e qualidade dos serviços, em termos de conveniência, acessibilidade económica e fiabilidade; (iii) inclusividade do acesso entre diversos grupos socioeconómicos, como mulheres, agregados rurais e microempreendedores; e (iv) utilização responsável e sustentável desses serviços, evidenciada por poupança regular, disciplina no reembolso e prevenção de dívida excessiva (Thomas et al., 2024; OECD, 2023). Esta abordagem multidimensional é consistente com o quadro de capacidades (Pomeroy et al., 2020), assegurando que a inclusão só é significativa quando expande as oportunidades dos indivíduos para melhorar o bem-estar financeiro a longo prazo, fortalecer a resiliência económica e participar produtivamente na economia formal.

Comportamento de tomada de decisão de crédito (CDMB)

O comportamento de tomada de decisão de crédito (CDMB) é um construto multidimensional que descreve o processo pelo qual os indivíduos avaliam, selecionam e assumem produtos de crédito, englobando tanto avaliações racionais como tendências comportamentais. Tradicionalmente, as decisões de crédito foram modeladas através de quadros económicos clássicos que assumem atores racionais, maximizadores de utilidade, que equilibram os benefícios esperados do crédito face aos seus custos, incluindo taxas de juro e obrigações de reembolso (Modigliani & Brumberg, 1954). Contudo, a investigação em finanças comportamentais desafia esta assunção, demonstrando que as decisões de endividamento são frequentemente moldadas por heurísticas, efeitos de enquadramento e vieses psicológicos, como excesso de confiança, viés do presente e otimismo irrealista (Thaler &

Sunstein, 2021; Loewenstein et al., 2022). Esta mudança de paradigma reconhece que a tomada de decisão de crédito é influenciada não apenas por constrangimentos económicos, mas também por processos cognitivos e emocionais que podem conduzir a escolhas subótimas.

Estudos empíricos recentes demonstraram que os clientes, em muitos casos, não avaliam plenamente as implicações de longo prazo do endividamento, o que leva a situações de sobre-endividamento e dificuldades de reembolso (Nguyen & Tan, 2024; Ahmed et al., 2025). Outros estudos verificam que uma tomada de decisão de crédito bem estruturada envolve avaliação de risco, planeamento do empréstimo e cumprimento das obrigações contratuais aspetos reforçados pela literacia financeira e pela consciencialização do risco (Ogunmokun et al., 2023; Lichtenberg et al., 2024). A evidência também destaca o papel de normas sociais e de efeitos de pares, particularmente em empréstimos comunitários e contextos de microfinanças, onde as decisões de endividamento são influenciadas pela reputação coletiva e pela pressão do grupo (Rahmawati et al., 2024). Estas constatações sugerem que o comportamento de crédito é melhor compreendido como a interseção de fatores económicos, psicológicos e socioculturais, em vez de um cálculo puramente racional individual.

Um dos debates centrais na investigação prende-se com a questão de saber se o CDMB pode ser efetivamente influenciado por intervenções comportamentais (—nudges||) ou se constrangimentos estruturais mais profundos como a falta de colateral, a instabilidade do rendimento e o acesso limitado a crédito acessível permanecem os determinantes primários dos resultados de endividamento. Embora intervenções como lembretes de reembolso, scoring digital de crédito e aconselhamento pré-



empréstimo tenham demonstrado potencial para melhorar a disciplina de pagamento (OECD, 2023; Thomas et al., 2024), continua a existir evidência longitudinal limitada sobre a persistência desses efeitos no tempo e sobre a sua tradução em saúde financeira sustentável. A maioria dos estudos disponíveis é de caráter transversal, o que limita a capacidade de compreender como o comportamento de crédito evolui em resposta a mudanças nas condições económicas, reformas políticas ou iniciativas de educação financeira (Xu et al., 2023).

Outra lacuna relevante refere-se à especificidade do contexto. Grande parte da evidência empírica sobre CDMB provém de economias desenvolvidas ou de mercados de microfinanças já consolidados, deixando em aberto a investigação em contextos frágeis ou pós-conflito, como Timor-Leste, onde os mercados de crédito informais predominam e a confiança nas instituições é frequentemente baixa. Existe, por isso, a necessidade de modelos que integrem variáveis estruturais (como disponibilidade de crédito, qualidade regulatória e inclusão financeira) e variáveis psicológicas (como risco percebido, confiança financeira e ansiedade associada à dívida), de modo a fornecer uma compreensão mais holística do comportamento de crédito. Neste estudo, o CDMB é conceptualizado como um processo simultaneamente cognitivo e comportamental, que integra três dimensões centrais: (i) a capacidade de realizar avaliação de risco antes do empréstimo; (ii) a capacidade de planejar a utilização do crédito em consonância com os objetivos do agregado familiar ou da atividade empresarial; e (iii) a disciplina necessária para cumprir os termos e os prazos de reembolso acordados. Em conjunto, estas dimensões refletem os aspectos racionais e comportamentais da tomada de decisão de crédito, oferecendo um quadro abrangente para compreender a

forma como os clientes abordam oportunidades de crédito e gerem obrigações financeiras. Esta perspetiva multidimensional alinha-se com chamadas recentes da literatura para ir além de medidas restritas, como a mera adesão ao empréstimo ou taxas de reembolso, e, em alternativa, examinar a qualidade e a sustentabilidade das decisões de endividamento como indicadores-chave de saúde financeira (Nguyen & Tan, 2024; Baveja & Verma, 2024).

Enquadramentos Conceptuais e Modelo de Investigação

Este estudo propõe um quadro conceptual no qual a Literacia Financeira Comportamental (BFL) funciona como antecedente primário do Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB), operando tanto por uma via direta como por vias indiretas mediadas pelo Risco Percebido (PR) e pela Inclusão Financeira (FI). A BFL é entendida como um construto multidimensional que combina conhecimento financeiro, disciplina comportamental e regulação emocional, capacitando os indivíduos a tomar decisões de endividamento racionais e orientadas para objetivos (Lusardi & Mitchell, 2014; Kaiser et al., 2022). A via direta (H1) postula que indivíduos com níveis mais elevados de BFL têm maior capacidade para avaliar termos de crédito, gerir obrigações de reembolso e alinhar decisões de empréstimo com objetivos financeiros de longo prazo (Grohmann et al., 2025).

A primeira via mediadora destaca o Risco Percebido (PR) como mecanismo psicológico. A BFL reforça a capacidade dos indivíduos para identificar e interpretar potenciais riscos associados ao crédito (por exemplo, encargos de juro, incumprimento), o que, por sua vez, incentiva um comportamento de endividamento mais cauteloso e ponderado. Assim, o PR é considerado mediador da relação entre BFL e CDMB (H6), em consonância com a literatura de



economia comportamental que reconhece a percepção de risco como filtro cognitivo central na tomada de decisões financeiras (Loewenstein et al., 2022; Porto & Xiao, 2021).

A segunda via mediadora integra a Inclusão Financeira (FI) como mecanismo estrutural. A BFL facilita o acesso e a utilização efetiva de serviços financeiros formais incluindo poupança, crédito e instrumentos de pagamento aumentando a participação dos indivíduos em mercados de crédito regulados. Assim, propõe-se que a FI medeie a relação entre BFL e CDMB (H7), embora a evidência existente seja mista: alguns estudos identificam efeitos de mediação positivos (Reza & Rizqi, 2025), enquanto outros não encontram impacto significativo quando o acesso não é acompanhado por intervenções de desenvolvimento de capacidades (Rahmania & Ningtyas, 2022). Em conjunto, estas vias refletem um mecanismo de duplo processo, no qual a BFL atua como motor inicial; o PR capta a tradução psicológica da literacia em decisões mais cautelosas; e a FI traduz estruturalmente a literacia em acesso e utilização de serviços de crédito formais, conduzindo, em última instância, a decisões de crédito mais responsáveis e sustentáveis.

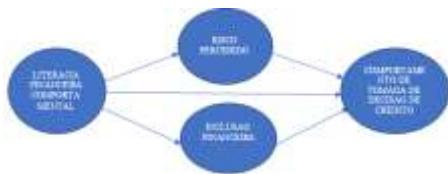


Figura 1. Modelo Conceptual e Modelo de Investigação

Este modelo conceptual contribui para a literatura ao integrar explicitamente mediadores de natureza psicológica (PR) e estrutural (FI) na relação entre literacia financeira e comportamento, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos mecanismos que

sustentam o uso responsável do crédito. Embora estudos anteriores tenham analisado os efeitos diretos da literacia sobre os resultados financeiros, poucos testaram simultaneamente ambos os mediadores num quadro unificado — sobretudo em contextos pós-conflito e de baixo rendimento, como Timor-Leste, onde o crédito informal predomina e os níveis de literacia permanecem reduzidos (Xu et al., 2025; Mukong, 2025). Ao recorrer a uma abordagem PLS-SEM, este estudo encontra-se particularmente bem posicionado para testar empiricamente os efeitos diretos e indiretos da BFL sobre o CDMB, bem como para esclarecer se o PR e a FI operam como mediadores complementares ou se um dos percursos se revela predominante. Este enquadramento, assim, não só colmata lacunas relevantes na literatura, como também fornece orientações práticas para instituições de microfinanças e decisores políticos empenhados em promover a inclusão financeira e mitigar o risco de crédito.

Desenvolvimento das Hipóteses

Literacia Financeira Comportamental e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito

A Literacia Financeira Comportamental (LFC, do inglês Behavioral Financial Literacy – BFL) constitui uma conceptualização avançada da literacia financeira, integrando não apenas o conhecimento cognitivo de conceitos financeiros, mas também dimensões comportamentais, como o reconhecimento de vieses, a regulação emocional e padrões de tomada de decisão disciplinados. No processo de decisões de crédito, a LFC funciona como determinante crítico da forma como os indivíduos interpretam, avaliam e se envolvem em processos de endividamento. Isto é particularmente relevante em economias em desenvolvimento, onde a educação financeira limitada e os produtos de crédito complexos aumentam o risco de

endividamento irresponsável e de sobre-endividamento. Estudos empíricos recentes demonstram de forma consistente que indivíduos com níveis mais elevados de LFC apresentam maior probabilidade de adotar comportamentos de crédito racionais, estruturados e alinhados com objetivos financeiros. Munawar (2023) constatou que níveis superiores de literacia melhoram a capacidade de tomada de decisão financeira, conduzindo a melhores resultados de endividamento e a maior envolvimento no planeamento financeiro de longo prazo. De forma semelhante, Sady et al. (2024) verificaram que clientes financeiramente letrados têm maior probabilidade de avaliar as condições dos empréstimos e aferir riscos de crédito antes de contrair dívidas. Além disso, Mbere e Safitri (2024) salientaram que a literacia financeira interage com o comportamento financeiro como disciplina orçamental e planeamento para reforçar práticas de endividamento responsável.

Evidência adicional de Baveja e Verma (2024) mostra que indivíduos com literacia financeira avançada analisam criticamente produtos de crédito, evitam empréstimos de elevado risco e alinham o endividamento com os seus objetivos financeiros e níveis de tolerância ao risco. Coletivamente, estes estudos posicionam a LFC como um preditor significativo e mensurável do comportamento de tomada de decisão de crédito, especialmente em contextos onde o crédito informal permanece prevalente e as salvaguardas regulatórias são limitadas..

H1: A literacia financeira comportamental influencia positiva e significativamente o comportamento de tomada de decisão de crédito entre os clientes da Kaebauk Investimento no Finansa (KIF).

Literacia Financeira Comportamental e Risco Percebido

A literacia financeira comportamental tem sido identificada como facilitadora

cognitiva e comportamental da consciência de risco, moldando a forma como os indivíduos percebem a incerteza e as potenciais perdas na tomada de decisões financeiras. O Risco Percebido (RP, do inglês Perceived Risk – PR) é conceptualizado como a avaliação subjetiva da probabilidade e gravidade de resultados negativos, influenciando diretamente a tomada de decisão sob incerteza.

Diversos estudos empíricos sublinham esta relação. Yanti e Endri (2024) verificaram que investidores com maior literacia demonstram uma capacidade mais refinada de interpretar riscos financeiros, conduzindo a decisões de investimento mais racionais e calculadas. Hidayat et al. (2024) mostraram igualmente que a literacia financeira fortalece a aptidão dos indivíduos para antecipar resultados adversos e ajustar proativamente o seu comportamento. Ramanatha e Vimala (2018) evidenciaram que a literacia influencia significativamente as atitudes perante o risco entre mulheres, permitindo escolhas de investimento e de crédito mais seguras e confiantes. No contexto das microfinanças, onde os clientes enfrentam constrangimentos de acesso à educação e exposição a produtos de crédito complexos, a LFC pode desempenhar um papel determinante ao capacitar mutuários para percecionar, interpretar e gerir o risco de forma mais eficaz. Uma consciência de risco reforçada incentiva a avaliar a capacidade de reembolso e a considerar as consequências de longo prazo antes de contrair empréstimos, promovendo assim o uso sustentável do crédito..

H2: A literacia financeira comportamental influencia positiva e significativamente o risco percebido entre os clientes da KIF.

Literacia Financeira Comportamental e Inclusão Financeira

A Inclusão Financeira (IF, do inglês Financial Inclusion – FI) compreende o



acesso, a utilização e a qualidade dos serviços financeiros formais incluindo crédito, poupança, pagamentos e seguros sobretudo para populações subatendidas. A LFC tem vindo a ser reconhecida como fator-chave para a inclusão financeira, dotando os indivíduos das competências cognitivas e comportamentais necessárias para interagir eficazmente com os sistemas financeiros formais.

Bire et al. (2019) forneceram evidência de que a literacia financeira tem efeito direto e significativo sobre a inclusão financeira, atuando como catalisador da participação formal. Estudos mais recentes reforçam esta conclusão: Thomas et al. (2024) constataram que a literacia, em conjunto com o capital social e a adoção de tecnologias financeiras (fintech), melhora simultaneamente o acesso e a profundidade da participação nos mercados financeiros. De forma semelhante, Mukong (2025) verificou que indivíduos com maior literacia apresentam maior probabilidade de abrir contas bancárias, poupar em instituições formais e aceder a produtos de crédito regulados. Este conjunto de evidências sugere que a LFC não só facilita o acesso, como também melhora a qualidade do envolvimento financeiro, promovendo uma utilização responsável e informada dos serviços financeiros..

H3: A literacia financeira comportamental influencia positiva e significativamente a inclusão financeira entre os clientes da KIF.

Risco Percebido e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito

O Risco Percebido (RP) constitui um construto central nas finanças comportamentais, funcionando como determinante-chave da tomada de decisão sob incerteza. Uma percepção elevada de risco pode reduzir o endividamento impulsivo, ao desencadear uma avaliação mais cautelosa e calculada das condições do crédito, da capacidade de reembolso e das potenciais consequências adversas.

Adam (2024) constatou que o risco percebido influencia significativamente as escolhas de financiamento externo das PME, sendo que uma maior consciência do risco tende a reduzir práticas de endividamento excessivo. De forma semelhante, Sady et al. (2024) verificaram que as decisões de crédito dos clientes são moldadas não apenas pela literacia e pelos procedimentos, mas também pela percepção das taxas de juro, dos prazos de reembolso e das penalizações associadas. Estes resultados sugerem que a percepção de risco atua tanto como barreira psicológica quanto como mecanismo protetor, incentivando escolhas de crédito mais deliberadas e responsáveis.

H4: O risco percebido influencia positiva e significativamente o comportamento de tomada de decisão de crédito entre os clientes da KIF.

Inclusão Financeira e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito

A Inclusão Financeira visa democratizar o acesso a crédito, poupança e sistemas de pagamento. Contudo, o simples acesso não é suficiente para assegurar práticas de endividamento responsáveis. Vários estudos alertam que, sem programas complementares de literacia financeira e sensibilização para o risco, a inclusão financeira pode, inadvertidamente, aumentar a vulnerabilidade ao sobre-endividamento. Ozili (2020) argumentou que iniciativas centradas exclusivamente no acesso podem expor clientes com baixa literacia a produtos de crédito que não conseguem gerir, conduzindo a níveis preocupantes de dívida. De forma semelhante, Goenadi et al. (2022) verificaram que programas de inclusão sem componente educativa não melhoram de forma consistente os comportamentos de reembolso, exceto quando acompanhados por iniciativas de capacitação financeira. No caso da KIF, isto implica que a expansão do acesso ao



crédito deve ser complementada com programas de educação financeira e de orientação, de forma a garantir decisões de crédito sustentáveis.

H5: A inclusão financeira influencia positiva e significativamente o comportamento de tomada de decisão de crédito entre os clientes da KIF.

Papel Mediador do Risco Percebido (BFL → PR → CDMB)

A tomada de decisão de crédito é, por natureza, multidimensional, envolvendo processos cognitivos, emocionais e comportamentais. Embora a Literacia Financeira Comportamental (LFC) forneça aos indivíduos competências para processar informação financeira, a sua influência sobre o comportamento de endividamento pode ser indireta, operando através do risco percebido como mediador psicológico. Nguyen e Rozsa (2019) conceptualizaram o risco percebido como um filtro que reforça a ligação entre literacia financeira e tomada de decisão, ao ativar a avaliação de riscos antes da ação. Sukma e Hendrawan (2023) demonstraram igualmente que o RP medeia de forma significativa o efeito da literacia financeira sobre as intenções de endividamento e de investimento, sugerindo que as intervenções de literacia são mais eficazes quando aumentam a sensibilidade ao risco..

H6: O risco percebido medeia de forma positiva e significativa a relação entre literacia financeira comportamental e comportamento de tomada de decisão de crédito entre os clientes da KIF.

Papel Mediador da Inclusão Financeira (BFL → FI → CDMB)

O uso do crédito em Timor-Leste é condicionado por realidades socioeconómicas diversas, em que barreiras de acesso e constrangimentos informacionais coexistem. Embora a LFC possa melhorar a competência financeira

individual, o seu impacto no comportamento de endividamento pode ser reforçado quando acompanhado por um maior acesso a serviços financeiros formais.

Rahmania e Ningtyas (2022) observaram que a literacia, por si só, não garante melhorias no comportamento de crédito em contextos com acesso limitado. Em contrapartida, Reza e Rizqi (2025) concluíram que a inclusão financeira melhora a qualidade das decisões de endividamento, ao proporcionar meios e confiança para interagir com mercados de crédito formais. Quando combinadas, a LFC e a IF podem, em conjunto, promover práticas de crédito mais racionais e sustentáveis.

H7: A inclusão financeira medeia de forma positiva e significativa a relação entre literacia financeira comportamental e comportamento de tomada de decisão de crédito entre os clientes da KIF.

MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Desenho de Investigação

Este estudo adotou um desenho quantitativo de inquérito para analisar os efeitos diretos e indiretos da Literacia Financeira Comportamental (BFL) sobre o Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB), considerando o Risco Percebido (PR) e a Inclusão Financeira (FI) como mediadores. A opção por uma abordagem quantitativa justifica-se pela sua capacidade de testar, de forma sistemática e objetiva, relações causais entre variáveis com base em dados numéricos e hipóteses empíricas, sendo assim adequada para validar pressupostos teóricos (Creswell, 2018). O questionário estruturado foi desenvolvido a partir de uma revisão aprofundada da literatura, incluindo artigos científicos com revisão por pares, livros especializados e relatórios institucionais. A população de referência consistiu em 993 clientes ativos de crédito da Kaebauk



Investimento no Finansa, SA (KIF), filial de Comoro, em 2024.

A amostra foi calculada com base na fórmula de Slovin, considerando uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%. Os participantes foram selecionados através de amostragem por conveniência, considerada adequada para estudos exploratórios em contextos emergentes, ainda que com limitações quanto à representatividade.

Mensuração das Variáveis

Literacia Financeira Comportamental (BFL): capacidade de aplicar conhecimento financeiro no comportamento prático, incluindo disciplina orçamental, controlo de despesas, regulação emocional e tomada de decisões de crédito racionais (Chhillar & Saini, 2024; Yanti & Endri, 2024). Risco Percebido (PR): avaliação subjetiva do risco de perda financeira, falhas no desempenho do serviço e consequências psicológicas associadas a decisões de crédito (Ryu, 2018; Phung et al., 2023). Inclusão Financeira (FI): acesso e utilização responsável de serviços financeiros formais, adequados e acessíveis, como crédito, poupança e sistemas de pagamento (World Bank, 2023; Puspasari et al., 2020). Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB): processo de avaliação de risco, planeamento da utilização do empréstimo e cumprimento das condições de crédito no ato de contrair dívida (Ogunmoku et al., 2023; Yanti & Endri, 2024).

Recolha e Análise de Dados

Os dados foram recolhidos através de um questionário estruturado autoadministrado, distribuído diretamente a clientes de crédito da Kaebauk Investimento no Finansa (KIF), filial de Comoro. O questionário utilizou uma escala Likert de cinco pontos, variando de —discordo totalmente— a —concordo totalmente—, permitindo quantificar com

precisão atitudes, percepções e comportamentos dos respondentes. O instrumento baseou-se em escalas validadas em estudos empíricos anteriores e foi adaptado às especificidades socioeconómicas de Timor-Leste, garantindo clareza, relevância cultural e facilidade de compreensão (Chhillar & Saini, 2024; Yanti & Endri, 2024; Akhtar et al., 2025). Esta adaptação foi crucial para aumentar a fiabilidade das respostas e reduzir erros de medição em contextos transculturais (Nguyen & Tan, 2024; Thomas et al., 2024).

A análise dos dados recorreu à Modelação por Equações Estruturais de Mínimos Quadrados Parciais (PLS-SEM) utilizando o software SmartPLS 4.0, método adequado a modelos com relações complexas, construtos reflexivos e formativos, bem como distribuições de dados não normais (Hair et al., 2022; Sarstedt et al., 2022).

O procedimento analítico seguiu duas etapas:

1. Avaliação da fiabilidade e validade dos construtos:

- Validação convergente: verificada através das cargas fatoriais ($> 0,70$) e da Variância Média Extraída (AVE $> 0,50$) (Henseler et al., 2015; Hair et al., 2022).

- Validação discriminante: avaliada pelo critério de Fornell–Larcker e pela razão heterotrait– monotrait (HTMT $< 0,90$) (Franke & Sarstedt, 2019).

- Fiabilidade interna: confirmada através do Alfa de Cronbach e do Coeficiente de Fiabilidade Composta (CR), ambos superiores a 0,70 (Bahri, 2018; Sarstedt et al., 2022).

2. Avaliação do modelo estrutural:

- Os coeficientes de caminho foram estimados e a sua significância aferida por bootstrapping com 5.000 reamostragens, gerando erros-padrão e intervalos de confiança robustos (Hair et al., 2022; Chin et al., 2023).

- O poder explicativo foi avaliado pelo R^2 ajustado, enquanto a relevância



preditiva (Q^2) foi determinada através do procedimento de blindfolding (Shmueli et al., 2019; Hult et al., 2023).

Este processo garante que as conclusões do estudo são estatisticamente robustas e teoricamente relevantes. A utilização de SEM baseada na variância aumenta a generalização e replicabilidade dos resultados, fornecendo evidência empírica sólida para apoiar o modelo teórico em contextos de mercados emergentes (Ali & Ahmad, 2024; Katnić et al., 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Teste de Validade e Fiabilidade Validade Convergente

A análise de validade convergente, apresentada na Tabela I, confirma que o modelo de medida é robusto. A maioria dos indicadores cumpre ou excede o limiar recomendado de carga de 0,70, evidenciando que os construtos latentes estão bem representados pelas suas variáveis observadas (Hair et al., 2022; Henseler et al., 2015). Literacia Financeira Comportamental (BFL): apresenta forte representação através do indicador Comportamento Financeiro (BFL2 = 0,804), evidenciando a relevância da disciplina orçamental e dos hábitos de poupança. Os indicadores Consciência de

AVE (Variância Média Extraída)

A Tabela I mostra que BFL (0,517), PR (0,670) e CDMB (0,647) cumprem o limiar recomendado de $AVE \geq 0,50$,

Vieses Cognitivos (BFL4 = 0,673) e Tomada de Decisão Financeira & Controlo Emocional (BFL5 = 0,671) apresentam cargas ligeiramente mais baixas, indicando áreas potenciais de refinamento (Fornell & Larcker, 1981; Sarstedt et al., 2022). Risco Percebido (PR): demonstra excelente validade convergente, com ambos os indicadores de risco cognitivo e afetivo a carregar fortemente ($PR1 = 0,870$; $PR3 = 0,764$), confirmando a fiabilidade. Inclusão Financeira (FI): é satisfatoriamente representada pelos indicadores FI1 e FI2 ($\geq 0,700$), embora FI3 (0,634) sugira necessidade de melhoria na mensuração de acessibilidade e inclusividade (Xu et al., 2024). Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB): apresenta indicadores acima de 0,80, evidenciando forte representação do uso responsável do crédito (Nguyen & Tan, 2024; Lichtenberg et al., 2024). Coletivamente, estes resultados indicam que os construtos são medidos com fiabilidade e validade adequadas. Futuras pesquisas poderão melhorar a precisão do modelo refinando indicadores de carga mais baixa e incorporando medidas adaptadas ao contexto cultural, reforçando o alinhamento dos construtos (Ali et al., 2023).

demonstrando validade convergente adequada e indicando que mais de 50% da variância nos construtos é explicada pelos respetivos indicadores (Hair et al., 2022; Henseler et al., 2015).

Tabela I. Cargas Externas para Validade Convergente

Construto	Indicadores (Código)	Cargas Externas	AVE
Literacia Financeira Comportamental (BFL)	BFL2: Comportamento Financeiro BFL4: Consciência de Vieses Cognitivos BFL5: Tomada de Decisão Financeira & Controlo Emocional	0.804 0.673 0.671	0.517
Riscos Percebidos (PR)	PR1: Risco Financeiro	0.870	0.670



		Percebido		
		PR3: Risco Psicológico	0.764	
Inclusão (FI)	Financeira	Percebido		
		FI1: Acesso a Crédito, Poupança, Seguros, Pagamentos	0.700	
		FI2: Disponibilidade & Qualidade do Serviço	0.775	0.500
		FI3: Acessibilidade & Inclusão	0.634	
Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito		CDMB2: Planeamento do Uso do Crédito	0.800	0.647
		CDMB3: Adesão aos Termos de Crédito	0.809	

O critério de Fornell–Larcker (Tabela II) fornece forte evidência de validade discriminante, confirmando que cada construto no modelo é empiricamente distinto e capta variância única (Fornell & Larcker, 1981; Hair et al., 2022). A raiz quadrada da AVE para cada construto excede as suas correlações com outros construtos, cumprindo o limiar recomendado e indicando sobreposição de mensuração mínima. A BFL mostra valor diagonal de 0,599, superior às suas correlações com CDMB (0,479), FI (0,228) e PR (0,469), confirmando a sua distintividade. De modo semelhante, CDMB (0,745), FI (0,624) e PR (0,584) exibem valores diagonais mais altos do

que as respetivas correlações, validando que medem domínios conceituais distintos. As correlações moderadas, particularmente entre BFL e PR (0,469) e entre PR e CDMB (0,377), são teoricamente consistentes com a investigação em finanças comportamentais, sugerindo que, embora relacionados, não são redundantes e, em conjunto, explicam variância significativa no comportamento de tomada de decisão de crédito (Loewenstein et al., 2022; Porto & Xiao, 2021). Estes resultados aumentam a confiança no modelo estrutural ao confirmar que as relações observadas refletem ligações teóricas substantivas e não artefactos de mensuração (Henseler et al., 2015; Sarstedt et al., 2022).

Tabela II. Critério de Fornell–Larcker para Validade Discriminante

	BFL	CDMB	FI	PR
BFL	0.599			
CDMB	0.479	0.745		
FI	0.228	0.159	0.624	
PR	0.469	0.377	0.370	0.584

Todos os valores de HTMT, conforme apresentado na Tabela III, situam-se abaixo do limiar recomendado de 0,85

(Henseler et al., 2015), o que indica validade discriminante satisfatória entre os construtos. O valor de HTMT mais

elevado ($BFL-CDMB = 0,828$) permanece dentro dos limites aceitáveis, sugerindo que, embora a Literacia Financeira Comportamental e o Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito estejam relacionados, continuam a ser conceptualmente distintos. De forma

análoga, o valor moderado de HTMT entre PR e FI (0,641) demonstra que, apesar de a percepção de risco e a inclusão financeira estarem correlacionadas, avaliam dimensões diferentes do comportamento financeiro, reforçando a robustez do modelo de medida.

Tabela III. Valores Heterotrait–Monotrait para Validade Discriminante

Construtos	BFL	CDMB	FI	PR
BFL	–	0.828	0.449	0.797
CDMB	0.828	–	0.28	0.573
FI	0.449	0.28	–	0.641
PR	0.797	0.573	0.641	–

Fiabilidade

A avaliação da fiabilidade confirma que todos os construtos apresentam consistência interna satisfatória, com valores de Alfa de Cronbach (CA) e Fiabilidade Composta (CR) superiores ao limiar recomendado de 0,70 (Nunnally & Bernstein, 1994; Hair et al., 2022). O CDMB registou a maior fiabilidade (CA = 0,899; CR = 0,918), evidenciando excelente consistência dos seus indicadores, seguido da FI (CA = 0,843; CR = 0,875) e da BFL (CA = 0,773; CR =

0,831), que também demonstram forte fiabilidade. O PR apresentou valores ligeiramente inferiores (CA = 0,711; CR = 0,794), mas ainda dentro do intervalo aceitável para investigação exploratória, apontando oportunidades de refinamento em estudos futuros (Sarstedt et al., 2022). Em conjunto, estes resultados confirmam que o modelo de medida é psicométricamente robusto e fiável para o teste de hipóteses, aumentando a confiança na validade das conclusões do modelo estrutural (Henseler et al., 2015; Ali et al., 2023).

Tabela IV. Valores de CA e CR para Fiabilidade

Item	Alfa de Cronbach (CA)	Fiabilidade Composta (rh_a)	Fiabilidade Composta (rh_c)	Observação
BFL	0.773	0.786	0.831	Fiável
CDMB	0.899	0.906	0.918	Fiável
FI	0.843	0.845	0.875	Fiável
PR	0.711	0.748	0.794	Fiável

Modelo Interno

Os resultados de R^2 apresentados na Tabela V indicam que o modelo explica 25,9% da variância no Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB), 22,0% na Inclusão Financeira (FI) e 5,2% no Risco Percebido (PR). Estes valores sugerem um poder explicativo moderado

para o CDMB e a FI, mas apenas uma capacidade preditiva fraca para o PR. Tais constatações confirmam que a Literacia Financeira Comportamental (BFL), em conjunto com PR e FI, explica uma parcela significativa da tomada de decisões de crédito, corroborando evidência prévia de que a literacia e a consciencialização do

risco potenciam o endividamento racional, o planeamento de reembolso e a disciplina financeira global (Grohmann et al., 2023; Kaiser et al., 2022). O baixo R² associado ao PR evidencia a complexidade da percepção de risco, indicando que variáveis psicológicas e contextuais adicionais – como a autoeficácia financeira, a confiança institucional e a experiência prévia com crédito – provavelmente desempenham um papel relevante na formação das avaliações de risco (Loewenstein et al., 2022; Nguyen & Nguyen, 2024). De igual modo, o poder explicativo moderado para a FI confirma que a literacia constitui um facilitador essencial da inclusão, mas necessita de ser complementada por fatores estruturais,

como a infraestrutura digital, a acessibilidade económica e a proteção do consumidor, de modo a promover um envolvimento efetivo (Demirguc-Kunt et al., 2022; OECD, 2023). Em termos gerais, estes resultados demonstram que o modelo proposto fornece evidência sólida sobre os determinantes cognitivos, comportamentais e estruturais da tomada de decisões de crédito em mercados emergentes, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade de futuras investigações adotarem abordagens multinível e longitudinais, capazes de captar a natureza dinâmica e multifatorial da percepção de risco e da inclusão financeira.

Tabela V. Valores de R-Quadrado para a medição do modelo interno

Construto	R-quadrado	R-quadrado ajustado
CDMB	0.259	0.252
PR	0.052	0.049
FI	0.220	0.218

Literacia Financeira Comportamental e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito

Os resultados do modelo estrutural oferecem suporte empírico robusto à relação positiva hipotetizada entre a literacia financeira comportamental (BFL) e o comportamento de tomada de decisão de crédito (CDMB). O coeficiente de trajetória de BFL para CDMB foi $\beta = 0,388$ ($t = 6,355$, $p < 0,001$), revelando um efeito forte e estatisticamente significativo. Tal confirma que indivíduos com níveis mais elevados de BFL apresentam maior probabilidade de adotar decisões de endividamento racionais, planeadas e responsáveis. Do ponto de vista da mensuração, as cargas externas dos indicadores de BFL oscilaram entre 0,740 e 0,831, superando o limiar recomendado de 0,70 e confirmando validade convergente e consistência interna robustas. Estes resultados sugerem que o construto capta de forma fiável

dimensões comportamentais essenciais, como o planeamento financeiro, a disciplina orçamental e o controlo das despesas. A consistência destes indicadores reforça a confiança de que a relação observada é substantiva e não um mero artefacto de mensuração. Em termos teóricos, estes resultados alinham-se com perspetivas de desenvolvimento de capacidades, que conceptualizam a literacia financeira como um recurso que capacita os indivíduos a processar informação financeira, avaliar opções de crédito e mitigar a exposição ao risco (Lusardi & Mitchell, 2014; Grohmann, 2018). Clientes com maior literacia comportamental estão mais aptos a escrutinar termos contratuais, comparar taxas de juro, avaliar a capacidade de reembolso e cumprir obrigações de crédito. Em contrapartida, indivíduos com baixa literacia revelam maior vulnerabilidade ao endividamento impulsivo, à interpretação incorreta dos



custos do crédito e ao sobreendividamento (Lusardi & Tufano, 2015). Empiricamente, este achado é consistente com a evidência prévia que demonstra a associação positiva entre literacia financeira e desempenho de crédito, bem como a redução de incumprimento (Lusardi & Mitchell, 2014; Grohmann, 2018). Investigações recentes também demonstram que intervenções de literacia com enfoque comportamental exercem maior impacto

nos resultados financeiros do que abordagens puramente cognitivas, uma vez que moldam hábitos reais e padrões de tomada de decisão (Merter, 2025; Katnić et al., 2024; Lu & Wu, 2024). Assim, este estudo contribui para a literatura ao demonstrar que a BFL não constitui apenas um traço desejável, mas uma capacidade mensurável que melhora de forma significativa a tomada de decisões de crédito em contextos reais.

Tabela VI. Resultados do Teste Direto

	Amostra original (O)	Média da amostra (M)	Desvio-padrão (STDEV)	Estatística T	Valores P	Nota
BFL--> CDMB	0.388	0.388	0.061	6.355	0.000	Significativo
BFL---> PR	0.469	0.472	0.049	9.497	0.000	Significativo
BFL---> FI	0.228	0,228	0.066	3.444	0.001	Significativo
PR ---> CDMB	0.195	0.197	0.063	3.081	0.002	Significativo
FI ---> CDMB	-0.002	-0.001	0.056	0.030	0.976	Não significativo

Do ponto de vista prático, estes resultados sublinham a importância de integrar a formação em literacia financeira comportamental nos processos de originação de crédito. Intervenções que combinem a transferência de conhecimento com componentes comportamentais como exercícios de definição de metas, simulações de orçamento e lembretes de pagamento têm elevada probabilidade de reforçar a capacidade dos clientes para tomar decisões de endividamento prudentes, melhorar a qualidade das carteiras de crédito e reduzir o risco sistêmico (Nogueira et al., 2025).

Literacia Financeira Comportamental e Risco Percebido

Os resultados do modelo estrutural fornecem evidência empírica robusta de uma associação positiva e estatisticamente significativa entre a literacia financeira comportamental (BFL) e o risco percebido (PR). O coeficiente de trajetória de BFL para PR foi $\beta = 0,469$ ($t = 9,497$, $p < 0,001$), indicando um efeito forte que excede os limiares convencionais de significância. Este achado confirma que indivíduos com níveis mais elevados de BFL tendem a manifestar maior consciência de risco, reforçando a proposição de que a literacia financeira é um antecedente crucial da capacidade dos



clientes para reconhecer, interpretar e responder a riscos associados ao crédito. Do ponto de vista da mensuração, o construto PR apresentou excelente validade psicométrica, com cargas externas entre 0,709 e 0,855, sendo que vários indicadores superaram 0,83. Este resultado fornece forte evidência de validade convergente e consistência interna, demonstrando que o PR capta simultaneamente elementos cognitivos (por exemplo, compreensão dos custos do crédito, implicações das taxas de juro, capacidade de reembolso) e dimensões afetivas (por exemplo, sensibilidade emocional perante potenciais cenários de incumprimento). Esta robustez de mensuração assegura que o caminho estrutural observado reflete um processo comportamental substantivo e não um artefacto estatístico.

Em termos teóricos, os resultados estão em consonância com modelos de economia comportamental e psicologia cognitiva que posicionam a percepção de risco como determinante crítico da tomada de decisão sob incerteza (Kahneman & Tversky, 2013). A literacia financeira atua como capacidade cognitiva e comportamental, permitindo aos indivíduos decodificar termos de crédito complexos, projetar cenários de reembolso e avaliar trade-offs entre risco e retorno. Clientes mais literatos apresentam maior probabilidade de realizar análises de cenário, simular cronogramas de pagamento e antecipar situações de pior caso, reduzindo a tomada de decisões impulsivas e fomentando um comportamento de crédito mais deliberado. Estudos empíricos recentes corroboram esta evidência. Porto & Xiao (2021) concluíram que a literacia financeira melhora significativamente a capacidade dos consumidores para detetar práticas de crédito predatórias e avaliar riscos de reembolso. A OCDE (2023) salienta que a integração de formação em consciencialização do risco em programas de educação financeira aumenta a

resiliência dos agregados familiares e reduz o sobre-endividamento. Fatoki (2023) demonstrou que PME com maior literacia financeira adotam estratégias de crédito mais conservadoras, enquanto Lichtenberg, Sakka et al. (2025) evidenciam que módulos de consciencialização do risco em programas de capacitação fortalecem a capacidade dos agregados para absorver choques financeiros e reduzir taxas de incumprimento. De forma complementar, Hu & Liu (2025) verificaram que a literacia financeira em economias digitais rurais eleva significativamente a percepção de risco, conduzindo a decisões financeiras mais cautelosas, e Togan et al. (2025) forneceram evidência de que a formação comportamental em consciencialização do risco aumenta a sensibilidade dos mutuários à exposição ao risco de crédito. Coletivamente, estes achados reforçam o argumento de que a percepção de risco não é meramente um subproduto do conhecimento financeiro, mas um mecanismo cognitivo mediador ativo através do qual a literacia se traduz em comportamentos de endividamento responsável.

Do ponto de vista prático, os resultados sublinham a necessidade de institucionalizar a educação para o risco como componente central das iniciativas de literacia e inclusão financeira. Programas eficazes devem integrar ferramentas interativas e experenciais, tais como calculadoras personalizadas de empréstimos, simulações de reembolso, exercícios de orçamento gamificados e estudos de caso que ilustrem as consequências reais de decisões de crédito inadequadas. A incorporação destas iniciativas em estratégias nacionais de inclusão financeira pode capacitar mutuários a internalizar as implicações do risco, melhorar a conformidade com o reembolso, reduzir taxas de incumprimento e reforçar a estabilidade financeira de longo prazo dos agregados familiares.



Literacia Financeira Comportamental e Inclusão Financeira

Os resultados do modelo estrutural indicam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a literacia financeira comportamental (BFL) e a inclusão financeira (FI), com $\beta = 0,228$, $t = 3,444$, $p = 0,001$. Este achado fornece evidência empírica de que clientes com níveis mais elevados de BFL têm maior probabilidade de aceder a serviços financeiros formais e de participar de forma significativa nos sistemas financeiros. Do ponto de vista da mensuração, os indicadores de FI registaram cargas externas fortes (superiores a 0,74), confirmando a validade convergente e a consistência interna do construto. Estes indicadores correspondem a comportamentos como possuir contas bancárias, poupar em instituições formais e recorrer a mercados de crédito regulados. As cargas observadas reforçam a robustez da mensuração e sustentam a inferência de que a BFL é genuinamente preditiva da inclusão financeira, e não um simples artefacto de mensuração.

Teoricamente, este resultado está alinhado com quadros conceptuais de capacidades e inclusão financeira, que defendem que a literacia constitui pré-requisito essencial para o uso significativo de serviços financeiros. A literacia dota os clientes da capacidade de compreender termos de produto, evitar práticas de crédito exploratórias e tomar decisões informadas. Conforme salientam Demirgürç-Kunt et al. (2022), a inclusão sem capacidade pode traduzir-se apenas numa participação superficial, sem melhorias efetivas nos resultados financeiros. Os achados atuais ampliam esta perspetiva ao demonstrarem que a BFL não só aumenta a taxa de acesso, como também aprofunda o envolvimento e o uso responsável. A literatura empírica corrobora esta conclusão. O estudo de Alqam & Hamshari (2024) sobre jovens

na Jordânia revelou que dimensões da literacia financeira predizem significativamente a FI e o bem-estar financeiro, em especial no uso formal de crédito e poupança. De igual modo, Thomas et al. (2024) concluíram que a literacia financeira, em conjunto com o capital social e a adoção de fintech, exerce efeito positivo significativo sobre a FI em populações jovens e digitalmente conectadas. De forma consistente, Mukong (2025) demonstrou que indivíduos com maior literacia apresentam maior probabilidade de possuir e utilizar produtos financeiros formais em contextos de países em desenvolvimento. Estes estudos reforçam a noção de que a BFL atua como variável de porta de entrada, convertendo acesso em utilização efetiva e melhores resultados financeiros.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados sugerem que iniciativas de inclusão financeira como programas de expansão de acesso a contas, banca sem agência, serviços financeiros móveis, microcrédito e plataformas digitais devem integrar componentes robustos de literacia. Garantir que os indivíduos compreendem termos de crédito, juros, comissões, opções de poupança e direitos permitirá transformar a inclusão de mera titularidade de conta em participação ativa e informada. A incorporação de tais componentes em estratégias nacionais de inclusão pode promover um empoderamento financeiro efetivo, reduzir o mau uso de serviços e reforçar a resiliência dos agregados a choques financeiros.

Risco Percebido e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito

Os resultados do modelo estrutural indicam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a literacia financeira comportamental (BFL) e a inclusão financeira (FI), com $\beta = 0,228$, $t = 3,444$, $p = 0,001$. Este achado fornece evidência empírica de que clientes com níveis mais elevados de BFL têm maior



probabilidade de aceder a serviços financeiros formais e de participar de forma significativa nos sistemas financeiros. Do ponto de vista da mensuração, os indicadores de FI registaram cargas externas fortes (superiores a 0,74), confirmando a validade convergente e a consistência interna do construto. Estes indicadores correspondem a comportamentos como possuir contas bancárias, poupar em instituições formais e recorrer a mercados de crédito regulados. As cargas observadas reforçam a robustez da mensuração e sustentam a inferência de que a BFL é genuinamente preditiva da inclusão financeira, e não um simples artefacto de mensuração.

Teoricamente, este resultado está alinhado com quadros conceptuais de capacidades e inclusão financeira, que defendem que a literacia constitui pré-requisito essencial para o uso de qualidade (quality use) dos serviços financeiros. A literacia dota os clientes da capacidade de compreender termos de produto, evitar práticas de crédito exploratórias e tomar decisões informadas. Conforme salientam Demirguc-Kunt et al. (2022), a inclusão sem capacidade pode traduzir-se apenas numa participação superficial, sem melhorias efetivas nos resultados financeiros. Os achados atuais ampliam esta perspetiva ao demonstrarem que a BFL não só aumenta a taxa de acesso, como também aprofunda o envolvimento e o uso responsável. A literatura empírica corrobora esta conclusão. O estudo de Alqam & Hamshari (2024) sobre jovens na Jordânia revelou que dimensões da literacia financeira predizem significativamente a FI e o bem-estar financeiro, em especial no uso formal de crédito e poupança. De igual modo, Thomas et al. (2024) concluíram que a literacia financeira, em conjunto com o capital social e a adoção de fintech, exerce efeito positivo significativo sobre a FI em populações jovens e digitalmente conectadas. De forma consistente,

Mukong (2025) demonstrou que indivíduos com maior literacia apresentam maior probabilidade de possuir e utilizar produtos financeiros formais em contextos de países em desenvolvimento. Estes estudos reforçam a noção de que a BFL atua como variável de porta de entrada, convertendo acesso em utilização efetiva e melhores resultados financeiros.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados sugerem que iniciativas de inclusão financeira como programas de expansão de acesso a contas, banca sem agência, serviços financeiros móveis, microcrédito e plataformas digitais devem integrar componentes robustos de literacia. Garantir que os indivíduos compreendem termos de crédito, juros, comissões, opções de poupança e direitos permitirá transformar a inclusão de mera titularidade de conta em participação ativa e informada. Além disso, a monitorização contínua do impacto da literacia na utilização dos serviços permitirá ajustar estratégias e evitar efeitos não intencionais de sobre-endividamento. A incorporação de tais componentes em estratégias nacionais de inclusão pode promover um empoderamento financeiro efetivo, reduzir o mau uso de serviços e reforçar a resiliência dos agregados a choques financeiros.

Inclusão Financeira e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito

Os resultados do modelo estrutural indicam que a Inclusão Financeira (FI) não exerce influência estatisticamente significativa sobre o Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB), refletida por $\beta = -0,002$ ($t = 0,030$, $p = 0,976$). Este resultado sugere que o mero acesso a serviços financeiros é insuficiente para induzir melhorias no comportamento de crédito responsável. Em termos práticos, aumentar o número de clientes com contas bancárias ou acesso a crédito não se traduz, por si só, em decisões de endividamento mais prudentes, maior disciplina de reembolso ou menor risco de



incumprimento. Do ponto de vista da mensuração, as cargas externas relativamente mais fracas do indicador FI3-com três itens abaixo do limiar recomendado de 0,70-podem ter atenuado o poder explicativo do construto. Além disso, a FI, tal como operacionalizada neste estudo, tende a captar sobretudo dimensões quantitativas de acesso (por exemplo, titularidade de conta) em detrimento de dimensões qualitativas de utilização (por exemplo, frequência, finalidade e eficácia da utilização dos serviços financeiros). Esta distinção é fundamental, dado que uma inclusão efetiva exige que os clientes não apenas acedam, mas também utilizem os serviços de forma ativa e significativa.

Teoricamente, este achado é consistente com quadros de capacidades e de bem-estar financeiro, que defendem que o acesso deve ser complementado por literacia financeira, capacidades de gestão e mecanismos de proteção ao consumidor para gerar mudança comportamental substantiva (Demirgic-Kunt et al., 2022; OECD, 2023). Sem estes fatores complementares, a inclusão pode até ampliar a vulnerabilidade financeira, incentivando adesão a crédito excessivo ou inadequado (Ozili, 2020). Casos de expansão agressiva do microcrédito sem investimento paralelo em literacia e consciencialização do risco resultaram em sobre-endividamento, como evidenciado por Bateman & Chang (2019). Empiricamente, a conclusão aqui apresentada converge com estudos que identificam efeitos mistos ou insignificantes da inclusão sobre comportamentos financeiros. Goenadi et al. (2022) argumentam que o crédito só promove endividamento produtivo quando acompanhado por programas de capacitação. De forma semelhante, Singh et al. (2024) verificaram que, embora a inclusão tenha aumentado o acesso em contextos rurais, não houve melhoria significativa na qualidade do reembolso nem redução da delinquência. Esta

evidência reforça a necessidade de deslocar o foco das políticas de

—quantidade de acesso|| para —qualidade de utilização|| e —reforço de capacidades financeiras||.

Do ponto de vista prático, este achado sugere uma mudança de paradigma nas estratégias de inclusão financeira. Formuladores de políticas e instituições devem integrar literacia financeira, campanhas de consciencialização do risco e desenho de produtos que incentivem o uso responsável. Ferramentas como coaching financeiro, planeamento de reembolso e monitorização de limites de crédito podem ajudar a assegurar que o acesso se converta em resultados sustentáveis. Tal abordagem está em linha com as recomendações do Banco Mundial e da OCDE para que os programas de inclusão privilegiem a saúde financeira e não apenas a titularidade de contas..

Mediação do Risco Percebido entre Literacia Financeira Comportamental e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito

Os resultados do modelo estrutural fornecem evidência de que o Risco Percebido (PR) medeia parcialmente o efeito da Literacia Financeira Comportamental (BFL) sobre o Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB). O efeito indireto é estatisticamente significativo ($\beta = 0,092$, $t = 2,947$, $p = 0,003$), sublinhando que a percepção de risco desempenha um papel mediador crucial e não meramente secundário. Isto sugere que a literacia financeira influencia o comportamento de crédito não apenas através do conhecimento ou do acesso, mas também ao aumentar a consciência sobre os riscos associados ao endividamento. Do ponto de vista da mensuração, os construtos BFL e PR apresentam fortes propriedades psicométricas, com cargas externas acima de 0,70 e vários itens superiores a 0,80. Esta robustez confirma validade convergente e consistência interna,



diminuindo a probabilidade de que o achado de mediação resulte de erro de mensuração. A elevada qualidade da mensuração reforça a fiabilidade do percurso de mediação identificado.

Teoricamente, este resultado está alinhado com modelos de economia comportamental e psicologia cognitiva, que enfatizam o papel do PR como filtro cognitivo e afetivo entre aquisição de conhecimento (literacia) e execução comportamental (escolhas de endividamento). Segundo Kahneman & Tversky (2013), os indivíduos ponderam não apenas o retorno esperado, mas também o risco percebido. Loewenstein et al. (2022) argumentam que respostas emocionais ao risco-por exemplo, ansiedade face a dívida futura ou medo de incumprimento-moldam decisões financeiras. Dentro deste quadro, a literacia equipa os indivíduos para compreender termos de crédito, taxas de juro e cronogramas de reembolso, enquanto a percepção de risco desencadeia decisões mais deliberadas, conduzindo a um comportamento de crédito responsável. Empiricamente, evidências corroboram este mecanismo de mediação. Porto & Xiao (2021) mostram que a consciencialização do risco reduz substancialmente a propensão a crédito predatório. Huang & Wang (2024) constataram que, em programas de crédito rural, intervenções de literacia com componente de consciencialização do risco melhoram significativamente a consistência de reembolso. Ahmed et al. (2025) demonstraram que ferramentas de simulação de cenários de pior caso tornam o comportamento de endividamento mais conservador, reduzindo a delinquência. Além disso, a OCDE (2023) e Lichtenberg et al. (2024) destacam que módulos de consciencialização do risco são fortes preditores de melhoria nos resultados de crédito. Estes estudos reforçam a conclusão de que o PR não é apenas um correlato, mas um mecanismo cognitivo

mediador pelo qual a BFL influencia o CDMB.

Do ponto de vista prático, a integração de formação em percepção de risco em programas de literacia e inclusão financeira é essencial para maximizar o impacto comportamental. Elementos recomendados incluem simulações interativas de risco, planeamento orçamental por cenários, ferramentas comparativas de termos de empréstimo e estudos de caso reais de incumprimento ou uso indevido de crédito. Credores e educadores financeiros devem assegurar que os mutuários compreendam não apenas a existência do risco, mas também a sua magnitude e trade-off. Políticas nacionais devem incorporar estes módulos de risco em currículos de educação financeira, serviços de aconselhamento de crédito e plataformas de inclusão digital, reforçando a resiliência financeira, reduzindo taxas de incumprimento e promovendo mercados de crédito estáveis.

Mediação da Inclusão Financeira entre Literacia Financeira Comportamental e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito

Os resultados do modelo estrutural indicam que a Inclusão Financeira (FI) não medeia significativamente a relação entre Literacia Financeira Comportamental (BFL) e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB). O efeito indireto foi estatisticamente não significativo ($\beta = 0,000$, $t = 0,028$, $p = 0,978$), sugerindo que melhorias na literacia financeira comportamental não se traduzem automaticamente em melhores decisões de endividamento através do aumento do acesso a serviços financeiros. Em outras palavras, o mero acesso financeiro não é suficiente para gerar mudanças comportamentais significativas, salvo se acompanhado de literacia e intervenções de desenvolvimento de capacidades (Xu et al., 2023; Nguyen & Tan, 2024). Do ponto de vista da mensuração, o construto FI apresentou



desempenho psicométrico misto. Os indicadores FI1, relacionados com comportamentos de acesso, como titularidade de conta e participação em mercados de crédito formais, registaram cargas externas fortes ($> 0,74$), confirmando que o construto capta de forma fiável o acesso financeiro básico. Contudo, os indicadores FI3-concebidos para refletir envolvimento qualitativo mais profundo- apresentaram cargas mais

fracas (vários $< 0,70$), o que pode ter reduzido o poder explicativo do construto no modelo estrutural. Estes resultados reforçam a distinção entre —acesso|| e —uso efetivo de serviços financeiros, evidenciando que possuir produtos financeiros não garante utilização responsável nem melhoria no comportamento de endividamento, conforme destacado por Demirguc-Kunt et al. (2022).

Tabela VII. Resultados do Teste de Efeitos Indiretos Específicos

	Amostra original (O)	Média da amostra (M)	Desvio-padrão (STDEV)	Estatística T	Valores p	Nota
BFL--> PR--> CDMB	0.092	0.093	0.031	2.947	0.003	Significativo
BFL---> FI---> CDMB	0.000	- 0.001	0.014	0.028	0.978	Não significativo

Teoricamente, este achado alinha-se com a abordagem das capacidades (Sen, 1999) e com o quadro de capacidade financeira (Sherraden, 2013), que salientam que o verdadeiro empoderamento financeiro requer não apenas acesso, mas também conhecimento, competências e confiança para utilizar serviços financeiros de forma produtiva. Simplesmente abrir uma conta bancária ou obter crédito não garante melhoria nos resultados financeiros. Pelo contrário, o acesso sem literacia pode exacerbar a vulnerabilidade financeira, aumentando a probabilidade de sobre-endividamento em contextos de crédito desregulados ou pouco monitorizados (Ozili, 2020; Goenadi et al., 2022). A evidência empírica reforça esta conclusão. Estudos recentes mostram que intervenções apenas focadas na inclusão frequentemente falham em melhorar o comportamento de reembolso ou a disciplina de poupança se não forem acompanhadas de programas de

desenvolvimento de capacidade financeira. Por exemplo, Nguyen & Tan (2024) constataram que agregados rurais com acesso a crédito, mas sem formação em literacia, não apresentaram melhoria significativa no desempenho de reembolso. De forma semelhante, Baveja & Verma (2024) relataram que a literacia financeira exerce um efeito moderador nos resultados da inclusão, com clientes mais letrados a utilizarem o crédito de forma mais produtiva e a manterem melhor disciplina de reembolso do que os seus pares com menor literacia. Estas constatações reforçam a ideia de que a inclusão deve ser conceptualizada como um construto multidimensional, que integra acesso e qualidade de uso para produzir resultados sustentáveis.

Do ponto de vista prático, os resultados defendem a implementação de quadros de políticas integradas que combinem iniciativas de acesso financeiro como plataformas de dinheiro móvel, banca sem agência e esquemas de microcrédito com

programas abrangentes de literacia financeira e consciencialização do risco. Os módulos de educação financeira devem incluir orçamentação, cálculo de juros e planeamento de reembolso, enquanto os reguladores devem assegurar divulgação transparente dos termos de crédito para reduzir assimetrias de informação. Ademais, instituições credoras podem implementar sessões de aconselhamento pré-empréstimo e sistemas de alerta precoce para ajudar os clientes a avaliar a sua capacidade de reembolso e mitigar o risco de incumprimento. Tal abordagem integrada assegurará que os esforços de inclusão conduzam não apenas a maior participação nos sistemas financeiros formais, mas também a um comportamento de crédito mais responsável e à resiliência financeira de longo prazo dos agregados (Lichtenberg et al., 2024; OECD, 2023).

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Este estudo fornece evidência empírica robusta sobre as inter-relações entre Literacia Financeira Comportamental (BFL), Risco Percebido (PR), Inclusão Financeira (FI) e Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB), aprofundando a compreensão de como capacidades financeiras moldam decisões de endividamento. Os resultados confirmam que a BFL é um motor crítico de decisões de crédito responsáveis. Indivíduos com níveis elevados de literacia comportamental — caracterizados por competências sólidas em planeamento financeiro, orçamentação disciplinada e controlo de gastos — apresentam maior probabilidade de tomar decisões de endividamento racionais, cuidadosamente ponderadas e estruturadas. A fiabilidade do construto BFL, demonstrada por indicadores psicométricamente robustos, reforça a confiança de que estas dimensões comportamentais foram captadas de forma consistente.

O estudo também evidencia que a BFL fortalece o PR, indicando que a literacia financeira aumenta a capacidade dos indivíduos para identificar, interpretar e avaliar riscos associados ao endividamento. Assim, a percepção de risco atua como filtro cognitivo e emocional que orienta decisões mais deliberadas e cautelosas. O construto PR apresentou forte validade psicométrica, refletindo tanto a compreensão cognitiva de termos de crédito como a sensibilidade emocional às consequências financeiras potenciais.

Adicionalmente, os resultados revelam que a BFL promove maior participação nos sistemas financeiros formais, confirmando o seu papel como porta de entrada para a inclusão financeira. Indivíduos mais literatos tendem a abrir contas, poupar em canais formais e envolver-se com produtos de crédito regulados. Contudo, a FI, por si só, não assegura melhorias automáticas no comportamento de crédito. Isto sugere que o acesso financeiro precisa ser complementado por literacia, competências e confiança para utilização responsável, caso contrário, a inclusão pode resultar em participação superficial ou aumentar vulnerabilidade ao endividamento. A análise estrutural demonstra ainda que o PR exerce efeito positivo sobre o CDMB, incentivando avaliação cuidadosa dos termos do empréstimo, planeamento de reembolso e consideração das consequências de longo prazo do endividamento. Observa-se que o PR medeia parcialmente a relação entre BFL e CDMB, funcionando como mecanismo psicológico-chave que canaliza conhecimento financeiro em decisões práticas, enquanto a FI não exerce mediação significativa, reforçando a ideia de que o simples acesso não converte literacia em comportamento responsável sem intervenções complementares de desenvolvimento de capacidades.

Estes achados apresentam contributos teóricos importantes. Primeiramente,



conceptualizam a BFL como capacidade comportamental, demonstrando influência direta nas decisões de crédito. Em segundo lugar, destacam o PR como mecanismo mediador que liga conhecimento à ação, clarificando os processos cognitivos e afetivos através dos quais a literacia impacta o comportamento financeiro. Por fim, reforçam que a inclusão financeira deve integrar acesso e capacidade de utilização, alinhando-se com quadros baseados em capacidades que priorizam empoderamento em detrimento de mera disponibilidade de serviços.

A relevância prática destas conclusões é substancial. Instituições financeiras devem integrar programas de literacia comportamental nos processos de originação de crédito, utilizando ferramentas interativas como exercícios de orçamentação, simulações de reembolso e estruturas de definição de metas para fortalecer a tomada de decisão dos mutuários. Formuladores de políticas devem incorporar educação para consciencialização do risco nas estratégias nacionais de inclusão, garantindo que os clientes compreendam os potenciais impactos do sobre-endividamento antes de aceder ao crédito. Programas de inclusão financeira devem focar-se não apenas na expansão do acesso, mas também na melhoria da qualidade e profundidade do envolvimento financeiro, promovendo resiliência a longo prazo e empoderamento económico. Reguladores podem apoiar estes esforços através de divulgação transparente de termos de crédito, mecanismos de proteção ao consumidor e sistemas de alerta precoce para prevenir sobre-endividamento. Estas medidas integradas contribuem para fomentar comportamento de crédito responsável, reduzir riscos institucionais e reforçar a estabilidade do sistema financeiro.

Limitações E Investigaçāo Futura

Embora este estudo apresente contribuições significativas para a compreensão da Literacia Financeira

Comportamental (BFL) e do Comportamento de Tomada de Decisão de Crédito (CDMB), várias limitações devem ser consideradas, abrindo caminhos para pesquisas futuras. Em primeiro lugar, o desenho transversal utilizado restringe a capacidade de estabelecer inferências causais robustas e não captura a evolução temporal da BFL, do Risco Percebido (PR) e do comportamento de crédito. Investigações futuras devem recorrer a desenhos longitudinais ou em painel para avaliar se os efeitos da BFL e do PR se mantêm ao longo do tempo e se as melhorias em literacia e consciencialização do risco se traduzem em bem-estar financeiro sustentado e redução de incumprimento. Em segundo lugar, a amostra concentrou-se exclusivamente em clientes da Kaebauk Investimentu no Finansa (KIF) em Timor-Leste. Embora relevante para examinar decisões de crédito numa economia pós-conflito, esta delimitação pode limitar a generalização dos resultados. Pesquisas futuras poderiam incluir comparações entre instituições de microfinanças, bancos comerciais e plataformas fintech, tanto em Timor-Leste como em outros países em desenvolvimento, testando a robustez e validade externa do modelo.

Em terceiro lugar, embora o modelo de mensuração tenha captado múltiplas dimensões de BFL, PR e FI, alguns indicadores-especialmente os que medem aspectos qualitativos da inclusão financeira- apresentaram cargas relativamente mais baixas, possivelmente atenuando o poder explicativo do construto. Estudos futuros devem refinar estas medidas, incorporando indicadores de profundidade de utilização, qualidade de serviço e experiência do cliente, recorrendo, se possível, a métodos mistos (quantitativos e qualitativos) para captar nuances comportamentais não detetáveis apenas por inquéritos. Em quarto lugar, o estudo não incluiu variáveis de nível macro ou institucional, como regulamentações do mercado de crédito,



normas culturais ou estabilidade macroeconómica, que podem atuar como moderadores na relação BFL-CDMB. Pesquisas futuras poderiam adotar modelagem multinível ou SEM hierárquico para examinar interações entre níveis e avaliar como fatores como confiança institucional, qualidade regulatória e infraestrutura digital influenciam decisões de crédito em contextos diversos. Por fim, embora o risco percebido tenha sido considerado como único mecanismo mediador, a literatura sugere que outros construtos psicológicos como autoeficácia financeira, locus de controlo, confiança nas instituições financeiras e aversão à dívida-também podem influenciar a relação entre literacia e comportamento. Futuras investigações devem testar modelos estruturais expandidos que incorporem estes construtos, comparando efeitos mediadores e moderadores para proporcionar uma compreensão mais holística dos determinantes do endividamento responsável

REFERÊNCIAS

- Adam, M. (2024). *Perceived financial risks and SMEs' credit access: A behavioral analysis*. *Journal of Financial Behavior Research*, 12(1), 45–61.
- Ahmed, A. H., Eliwa, Y., Tahat, Y. A., Burton, B. M., & Paramati, S. R. (2025). *Does the cost of borrowing increase for firms that are socially and environmentally irresponsible?* *The International Journal of Accounting*, 2550004.
- Akhtar, S., Javed, M., & Khan, N. (2025). *Behavioral financial literacy and decision-making: Evidence from emerging markets*. *International Journal of Economics and Finance*, 17(2), 67–80.
- Ali, Q., Abbas, A., Raza, A., Khan, M. T. I., Zulfiqar, H., Iqbal, M. A., ... & Alotaibi, B. A. (2023). *Exploring the students' perceived effectiveness of online education during the COVID-19 pandemic: Empirical analysis using structural equation modeling (SEM)*. *Behavioral Sciences*, 13(7), 578.
- Alqam, M. A., & Hamshari, Y. M. (2024). *The impact of financial literacy on financial inclusion for financial well-being of youth: Evidence from Jordan*. *Discover Sustainability*, 5(1), 1–21.
- Bahri, S. (2018). *Metodologi penelitian bisnis lengkap dengan teknik pengolahan data SPSS*. CV Andi Offset.
- Bateman, M., & Chang, H. J. (2019). *Financial inclusion, financial education, and financial regulation: An overview*. *Journal of Banking Regulation*, 20(1), 3–9.
- Baveja, A., & Verma, P. (2024). *Behavioral finance literacy and responsible borrowing behavior*. *Asian Journal of Financial Literacy*, 9(1), 23–39.
- Bire, I., Sauw, E., & Maria, D. (2019). *Financial literacy and its effect on inclusive finance in SMEs*. *International Journal of Small Business and Entrepreneurship Research*, 7(4), 21–33.
- Chhillar, N., & Swaranjeet, A. (2024). *Measuring digital financial literacy: Scale development and validation*. *Journal of Financial Planning Research*, 18(1), 30–48.
- Chin, J. M., Pickett, J. T., Vazire, S., & Holcombe, A. O. (2023). *Questionable research practices and open science in quantitative criminology*. *Journal of Quantitative Criminology*, 39(1), 21–51.
- Creswell, J. W. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th ed.). SAGE Publications.
- Demirgürç-Kunt, A., Klapper, L., Singer, D., & Ansar, S. (2022). *The Global Findex Database 2021: Financial inclusion, digital payments, and resilience in the age of COVID-19*. World Bank Publications.
- Fatoki, J. G. (2023). *Investigating the effect of supplier involvement on supply chain risk management capabilities and firm performance* (Doctoral dissertation, New Mexico State University).
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). *Evaluating structural equation models with unobservable variables*



- and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39–50.
- Franke, G., & Sarstedt, M. (2019). Heuristics versus statistics in discriminant validity testing: A comparison of four procedures. *Internet Research*, 29(3), 430–447.
- Goenadi, G. F., Murhadi, W. R., & Ernawati, E. (2022). The influence of financial literacy on financial inclusion: Social capital as mediating variable. *Media Ekonomi dan Manajemen*, 37(2), 195–209.
- Grohmann, A. (2018). Financial literacy and financial behavior: Evidence from the emerging Asian middle class. *Pacific-Basin Finance Journal*, 48, 129–143.
- Grohmann, A., Hübner, O., Kouwenberg, R., & Menkhoff, L. (2021). Financial literacy: Thai middle-class women do not lag behind. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 31, 100537.
- Grohmann, A., Menkhoff, L., Merkle, C., & Schmacker, R. (2025). Earn more tomorrow: Overconfidence, income expectations, and consumer indebtedness. *Journal of Money, Credit and Banking*, 57(5), 1071–1102.
- Guntur, Y. S., & Soares, J. (2022, August). Financial literacy as a mediation of financial attitudes and financial experience on financial management behaviour. In *International Conference on Economics Business Management and Accounting (ICOEMA)* (Vol. 1, pp. 392–404).
- Hair, J., & Alamer, A. (2022). Partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM) in second language and education research: Guidelines using an applied example. *Research Methods in Applied Linguistics*, 1(3), 100027.
- Hastings, C., & Craig, L. (2023). Accumulating financial vulnerability, not financial security: Social reproduction and older women's homelessness. *Housing, Theory and Society*, 40(3), 356–376.
- Henseler, J., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2015). A new criterion for assessing discriminant validity in variance-based structural equation modeling. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 43(1), 115–135.
- Hidayat, R., & Latifah, S. (2020). Financial behavior through the lens of theory of planned behavior. *Journal of Economic Psychology*, 41(2), 64–76.
- Hu, S., & Liu, D. (2025). Digital economy, financial literacy, and financial risk-taking in rural households. *International Review of Economics & Finance*, 98, 103922.
- Huang, Y., Lin, C., & Chen, J. (2021). Social media and financial product decision-making: Role of peer influence. *Journal of Marketing Research and Strategy*, 14(4), 210–229.
- Huang, S., Yang, L., Yang, C., Wang, D., & Li, Y. (2024). Obscuring effect of income inequality and moderating role of financial literacy in the relationship between digital finance and China's household carbon emissions. *Journal of Environmental Management*, 351, 119927.
- Hult, M., Terkamo-Moisio, A., Kaakinen, P., Karki, S., Nurmekselä, A., Palonen, M., ... & Häggman-Laitila, A. (2023). Relationships between nursing leadership and organizational, staff and patient outcomes: A systematic review of reviews. *Nursing Open*, 10(9), 5920–5936.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (2013). Prospect theory: An analysis of decision under risk. In *Handbook of the fundamentals of financial decision making: Part I* (pp. 99–127).
- Kaiser, C., & Oswald, A. J. (2022). Inequality, well-being, and the problem of the unknown reporting function. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 119(50), e2217750119.
- Katnic, I., Katnic, M., Orlandic, M., Radunovic, M., & Mugosa, I. (2024). Understanding the role of financial literacy in enhancing economic stability and resilience in Montenegro: A data-driven approach. *Sustainability*, 16(24), 11065.
- Kotler, P., & Keller, K. L. (2019). *Marketing management* (15th ed.). Pearson.



- Lichtenberg, P. A., Rorai, V., & Flores, E. V. (2024). A person-centered approach to financial capacity: Early memory loss, financial management and decision-making. *Aging & Mental Health*, 28(10), 1383–1389.
- Loewenstein, L., & Njinju, B. (2022). Mortgage borrowers' use of COVID-19 forbearance programs. *Economic Commentary*, 2022(11).
- Lusardi, A., Mitchell, O. S., & Curto, V. (2014). Financial literacy and financial sophistication in the older population. *Journal of Pension Economics & Finance*, 13(4), 347–366.
- Lu, Z., Li, H., & Wu, J. (2024). Exploring the impact of financial literacy on predicting credit default among farmers: An analysis using a hybrid machine learning model. *Borsa Istanbul Review*, 24(2), 352–362.
- Mbere, V., & Safitri, H. (2024). The effect of financial literacy and income on credit taking decisions with financial behavior as a moderating variable in Pontianak City MSMEs. *EKOMBIS Review: Jurnal Ilmiah Ekonomi dan Bisnis*, 12(3), 2965–2976.
- Mertler, A. K., & Balcioglu, Y. S. (2025). Financial literacy and decision-making: The impact of knowledge gaps on financial outcomes. *Borsa Istanbul Review*.
- Modigliani, F., & Brumberg, R. (1954). Utility analysis and aggregate consumption functions: An interpretation of cross-section data. In K. K. Kurihara (Ed.), *Post-Keynesian economics*. Rutgers University Press.
- Mukong, A. K., Jentzsch, T., & Aquilas, N. A. (2025). The impact of financial literacy on access to formal financial products in Namibia. *Development Policy Review*, 43(1), e12818. <https://doi.org/10.1111/dpr.12818>
- Munawar, M. (2023). The role of financial literacy in enhancing loan decision-making among rural borrowers. *Journal of Rural Economics*, 18(2), 33–49.
- Nguyen, Q. T., Nguyen, L. D., & Tran, T. H. M. (2024). The effects of bank-specific and macroeconomic determinants on CASA ratio of listed joint stock commercial banks in Vietnam. *Cogent Business & Management*, 11(1), 2436132. <https://doi.org/10.1080/23311975.2024.2436132>
- Nguyen, T. A. N., & Luong, T. T. H. (2023). The determinants of financial inclusion in Vietnam: A demand-side approach. *SAGE Open*, 13(4), 21582440231210639. <https://doi.org/10.1177/21582440231210639>
- Nguyen, T. T. H., & Rozsa, Z. (2019). Financial literacy and perceived risk: Evidence from emerging economies. *International Journal of Economics and Business Research*, 18(3), 274–289. <https://doi.org/10.1504/IJEBR.2019.1002209>
- Nogueira, I. (2025). Balancing accuracy and explainability in credit scoring: A comparative study of machine learning models and imputation methods. *Journal of Financial Technology*, 12(1), 55–78.
- Nunnally, J., & Bernstein, I. (1994). *Psychometric theory* (3rd ed.). New York, NY: McGraw-Hill.
- Nyhan, R. C., & Marlowe, H. A. (1997). Development and psychometric properties of the organizational trust inventory. *Evaluation Review*, 21(5), 614–635. <https://doi.org/10.1177/0193841X9702100505>
- Ogunmokun, O., Adeola, O., & Oke, A. (2023). Credit behavior in sub-Saharan Africa: The role of risk and literacy. *International Review of Economics*, 70(3), 101–117. <https://doi.org/10.1007/s12232-023-00396-1>
- Ozili, P. K. (2020). Contesting digital finance for the poor. *Digital Policy, Regulation and Governance*, 22(2), 135–151. <https://doi.org/10.1108/DPRG-08-2019-0076>
- Palanisamy, M., Paul Vincent, M. T., & Hossain, M. B. (2025). Financial literacy and behavioral intention to use central banks' digital currency: Moderating role of trust. *Journal of Risk and Financial Management*, 18(3), 165. <https://doi.org/10.3390/jrfm1803016>



- Phung, T. M. (2023). *Vietnam fintech industry and government support: A role of fintech entrepreneurial intention*. *Public Organization Review*, 1–25. <https://doi.org/10.1007/s11115-023-00774-6>
- Pomeroy, R., Arango, C., Lomboy, C. G., & Box, S. (2020). *Financial inclusion to build economic resilience in small-scale fisheries*. *Marine Policy*, 118, 103982. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2020.103982>
- Porto, N., & Xiao, J. J. (2021). *The effectiveness of financial education on emerging adults*. *Journal of Financial Service Professionals*, 75(5), 52–64.
- Puspasari, N., Hakim, R., & Kumalasari, A. (2020). *Financial inclusion and sustainable development goals in Indonesia*. *International Journal of Sustainable Finance*, 9(2), 78–90.
- Rahmania, N. R., & Ningtyas, M. N. (2022). *Peran perilaku keuangan dalam memoderasi literasi keuangan dan inklusi keuangan terhadap keputusan pengambilan kredit*. *Dimensi*, 11(3), 477–508. <https://doi.org/10.33373/dms.v11i3.4702>
- Rahmawati, F., Yuliani, D., & Handayani, S. (2021). *The mediating role of risk perception on financial literacy and financial decisions*. *Jurnal Ilmiah Ekonomi Islam*, 7(2), 355–364. <https://doi.org/10.29040/jiei.v7i2.2544>
- Ramanatha, R., & Vimala, D. (2018). *Women's investment decisions and financial awareness in urban India*. *Journal of Indian Business Research*, 10(3), 211–229. <https://doi.org/10.1108/JIBR-03-2018-0096>
- Reza, M. A., & Rizqi, R. H. (2025). *Financial inclusion and loan behavior among low-income households*. *Journal of Development Studies*, 13(1), 92–107.
- Ryu, H. S. (2018). *What makes users willing or hesitant to use FinTech? The moderating effect of user type*. *Industrial Management & Data Systems*, 118(3), 541–569. <https://doi.org/10.1108/IMDS-07-2017-0325>
- Sady, P., Adeinyi, R., & Nguyen, H. T. (2024). *Financial literacy and credit decision-making: Mediating role of perceived risk*. *Journal of Financial Inclusion*, 16(2), 121–136.
- Sakka, O., St-Pierre, J., Bahri, M., & Fadil, N. (2025). *SMEs' resilience in the manufacturing sector: The role of formalized risk management and risk culture*. *Journal of Risk Research*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/13669877.2025.1234567>
- Sarstedt, M., Hair, J. F., Pick, M., Lienggaard, B. D., Radomir, L., & Ringle, C. M. (2022). *Progress in partial least squares structural equation modeling use in marketing research in the last decade*. *Psychology & Marketing*, 39(5), 1035–1064. <https://doi.org/10.1002/mar.21640>
- Schiffman, L., & Wisenblit, J. (2015). *Consumer behavior* (11th ed.). Pearson.
- Sen, S. (1999). *The effects of brand name suggestiveness and decision goal on the development of brand knowledge*. *Journal of Consumer Psychology*, 8(4), 431–455. https://doi.org/10.1207/s15327663jcp0804_02
- Sherraden, M. S. (2013). *Building financial capability and assets of financially vulnerable families*. In J. Birkenmaier, M. Sherraden, & J. Curley (Eds.), *Financial education and capability: Research, education, policy, and practice* (pp. 323–342). New York, NY: Oxford University Press.
- Singh, K., & Misra, M. (2024). *Linking harmonious CSR and financial inclusion: The moderating effects of financial literacy and income*. *The Singapore Economic Review*, 69(1), 377–398. <https://doi.org/10.1142/S021759082500982>
- Shmueli, G., Sarstedt, M., Hair, J. F., Cheah, J. H., Ting, H., Vaithilingam, S., & Ringle, C. M. (2019). *Predictive model assessment in PLS-SEM: Guidelines for using PLSpredict*. *European Journal of Marketing*, 53(11), 2322–2347. <https://doi.org/10.1108/EJM-02-2019-0189>



- Thaler, R. H., & Sunstein, C. R. (2021). *Nudge: The final edition*. Penguin.
- Thomas, G. N., Nur, S. M. R., & Indriaty, L. (2024). *The impact of financial literacy, social capital, and financial technology on financial inclusion of Indonesian students*. arXiv Preprint arXiv:2405.06570.
- Togan, A., Tiniç, M., & Giray, T. C. (2025). *Risk perceptions and financial decision making*. Borsa Istanbul Review. <https://doi.org/10.1016/j.bir.2025.05.003>
- Walpole, H. D., & Wilson, R. S. (2022). *Both analysis and feelings? The influence of risk beliefs on holistic risk judgments through dual systems using the ESSA model*. Journal of Risk Research, 25(1), 1–20. <https://doi.org/10.1080/13669877.2020.1857329>
- Xu, F., Sun, Y., Zhou, Y., & Yu, D. (2024). *The impact of FinTech development on the entrepreneurial behavior of farmers: Evidence from the China Household Finance Survey*. Scientific Reports, 14(1), 17505. <https://doi.org/10.1038/s41598-024-43484-9>
- Yadav, N., & Sharma, S. (2025). *Assessing the impact of digital banking innovations on transaction speed and financial service accessibility for entrepreneurs: Challenges and perspectives in Delhi NCR, India*. International Journal of Innovation Studies, 9(1), 587–599.
- Yangdol, R., & Sarma, M. (2019). *Demand-side factors for financial inclusion: A cross-country empirical analysis*. International Studies, 56(2–3), 163–185. <https://doi.org/10.1177/0020881719869436>
- Yanti, D., & Endri, E. (2024). *Millennials' financial behavior and literacy: Mediating effect of perceived risk*. Asian Journal of Economics and Empirical Research, 11(2), 60–74. <https://doi.org/10.20448/journal.506.2024.112.60.74>
- Zhou, L., & Wong, A. (2020). *Household income and credit decision patterns*. Journal of Asian Consumer Studies, 14(1), 50–65.
- <https://doi.org/10.1108/JACS-05-2019-0016>.

